



DIÁRIO DE BORDO

A IMPORTÂNCIA DO MULTILATERALISMO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) e embaixador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para as Cooperativas

EM UMA reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em meados de junho, os representantes da Índia lutaram pela aprovação de uma medida que permitisse o subsídio à formação de estoques públicos que poderiam distorcer os preços internacionais. A proposta foi derrotada pela ação destacada do Brasil, e a decisão mostrou, mais uma vez, o papel moderador das instituições multilaterais, sobretudo quando sob o “guarda-chuva” da Organização das Nações Unidas (ONU).

A OMC, que substituiu o antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), fracassou na Rodada de Doha, montada em 2001 com o objetivo explícito de flexibilizar o comércio agrícola por meio da redução do protecionismo explícito dos países ricos.

Mas fracassou mesmo? A verdade é que a União Europeia (UE) e os Estados Unidos (EUA) tinham feito um acordo que seria levado à reunião da OMC que aconteceu em setembro de 2003, em Cancún, no México. Se aprovado esse acordo – que tinha o respaldo discreto da direção do agro da OMC –, o protecionismo dos ricos seria consolidado, com prejuízos incalculáveis ao longo dos anos futuros para os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Na reunião ministerial que aconteceu em Montreal três meses antes da de Cancún, ficou evidente que o Grupo de Cairns, liderado pela Austrália e formado por países que defendiam a liberalização do comércio agrícola, havia se acomodado com o projeto dos americanos e dos europeus e não se oporia frontalmente a ele, apesar da ameaça que representava aos seus integrantes. O Brasil, que fazia parte do Grupo, não se resignou com esses sinais.

Assim, no Ministério da Agricultura, com participação de representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Academia, foi escrito um documento que contrariava o tal “acordo dos ricos”. Esse texto, que representava a vontade do agro brasileiro, foi estruturado nos termos adequados pelo embaixador Clodoaldo Hugueney e enviado a Genebra para o nosso representante na OMC, o embaixador Seixas Corrêa, que o circulou entre representantes de outros países liberais, que se somaram a ele com algumas pequenas contribuições, dando origem ao Grupo dos 20 (G20) da OMC.

Já em Cancún, o chanceler Celso Amorim e eu levamos o documento ao presidente da reunião, o chanceler mexicano Luis Ernesto Derbez, com o pedido de integrá-lo nas discussões. Depois de muito resistir, Derbez acabou aceitando a nossa argumentação e adicionou a proposta à agenda da reunião. E foi isso que definitivamente eliminou a chance de o acordo entre a UE e os EUA ser aprovado, para grande irritação de seus líderes nas discussões.

Em outras palavras, a OMC nos foi útil naquela ocasião, da mesma forma como agora, em junho, na questão indiana. Isso mostra a importância das instituições multilaterais, e a necessidade de sua preservação.

Há uma clara perda de protagonismo da ONU e das suas filiais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a FAO, a própria OMC e quase todas as outras. Mas não podemos desprezá-las ou não ligar para seu futuro. Devemos, isso sim, trabalhar pelo seu fortalecimento, mesmo que a globalização venha sendo erodida por diferentes questões, como a pandemia e a invasão da Ucrânia. ■

“Há uma clara perda de protagonismo da ONU e das suas filiais (...). Mas não podemos desprezá-las ou não ligar para seu futuro. Devemos, isso sim, trabalhar pelo seu fortalecimento...”